



# EDUCAR À PESSOA, À CARIDADE, À VERDADE

Lectio magistralis de S.E. Cardeal Gianfranco Ravasi

Por ocasião do doutoramento *honoris causa*  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
12 de abril 2016.

## Átrio dos gentios

“Deus, Cosmos, Humanidade:  
um diálogo de fronteiras”



# EDUCAR À PESSOA, À CARIDADE, À VERDADE

Lectio Magistralis de S.E. Cardeal Gianfranco Ravasi

Por ocasião do doutoramento *honoris causa*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 12 de abril de 2016

“A marca inicial que se recebe na educação (*paideia*) assinala também toda a conduta sucessiva”. Estas palavras de Platão, no seu diálogo *República* (IV, 425b), podem ser assumidas como emblema para a reflexão sobre um tema que é capital na missão de uma universidade. Já na antiguidade clássica se confrontavam dois modelos, por si distintos, mas não alternativos. Por um lado, existia a escola retórica que exaltava a eloquência, isto é, a formação na comunicação da verdade e das mensagens. Por outro lado, existia a escola filosófica que insistia sobre a necessidade de uma fundamentação e de uma formação no conteúdo.

Naturalmente que o primado deve situar-se nos conteúdos e na sua seleção e verificação. Todavia, como sugestivamente advertia nos seus Ensaios o filósofo francês Montaigne, não basta encher a cabeça de vários temas e de noções porque fundamental é “la tête bien faite plutôt que bien pleine” (I, 25), isto é importa mais modelar o pensar do que encher o cérebro de dados. É o “travailler à bien penser”, o empenhar-se em pensar bem e corretamente como “princípio da moral”, para citar um outro filósofo francês, Pascal nos seus *Pensamentos* (n. 347). Esta é uma advertência relevante numa sociedade como a nossa, na qual a civilização digital está gerando uma espécie de deriva pela qual à bulimia dos conteúdos indiscriminadamente oferecidos, sobretudo aos jovens “nativos digitais”, corresponde uma radical anorexia e método de educação seletiva e portanto de capacidade crítica. Ora, no horizonte temático imenso da educação, proporemos livremente três percursos ideais, entre tantos possíveis.

# A ILHA E O OCEANO

Façamos entrar em cena, antes de tudo, o rosto do homem e da mulher, o sujeito central de qualquer educação e formação cultural. O conceito de *pessoa*, para cujo nascimento contribuíram também outras correntes de pensamento, adquire de fato no mundo judaico-cristão uma particular configuração que representaremos agora fazendo referência a dois textos bíblicos essenciais, que são quase o *incipit* absoluto da antropologia cristã e mesmo da antropologia ocidental.

O primeiro texto provém do Gênesis 1, 27, portanto das primeiras linhas da Bíblia: “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, homem e mulher ele os criou”. Geralmente esta frase é entendida no interior da tradução – basta pensar em Santo Agostinho – como declaração implícita da existência da alma: a imagem de Deus em nós é a espiritual. Tudo isso está, porém, ausente no texto, também porque a antropologia bíblica não tem particular simpatia pela concepção alma/corpo separados, postos em tensão segundo o modo platônico, ou então unidos à maneira aristotélica.

Qual é, então, a característica fundamental que define o ser humano na sua dignidade mais alta, “imagem de Deus”? A estrutura típica desta frase, construída segundo as normas da estilística semita, revela um paralelismo progressivo. “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus ele os criou homem e mulher [é este o paralelo de “imagem”] ele os criou”. Mas será Deus sexuado? Na concepção bíblica a deusa paredra é sempre excluída, em polêmica com a cultura indígena cananeia. E então, como é que o ser macho e fêmea é a representação mais alta da nossa dignidade transcendente?

Aparece aqui a primeira dimensão antropológica: essa é horizontal, isto é, a grandeza da natureza humana está situada na relação macho e fêmea. Trata-se de uma relação fecunda que nos torna semelhantes ao Criador porque, gerando, a humanidade em certo sentido continua a criação. Eis, então, um primeiro elemento fundamental: a “relação”, o estar em sociedade é estrutural para a pessoa. O ser humano não é uma mônada fechada em si própria, mas é por excelência um “eu ad extra”, uma realidade aberta. Só assim atinge a sua plena dignidade, tornando-se a “imagem de Deus”. Esta relação é constituída pelos dois rostos diferentes e complementares do homem e da mulher que se encontram (relevante, a este respeito, é a reflexão de Lévinas). A este aspecto regressaremos no segundo percurso que desejamos desenvolver.

Permanecendo sempre no âmbito do princípio personalista, sublinhamos uma dimensão ulterior, de índole mais “vertical”, que ilustramos recorrendo a uma outra frase do Gênesis: “Então *lahweh* Deus modelou o homem com a argila do solo”. Isto é típico de todas as cosmologias orientais e é uma forma simbólica para definir a materialidade do ser humano. Mas acrescenta-se: “e soprou nas suas narinas uma *nishmat hayyîm* e o homem tornou-se um ser vivente” (2,7).

Para compreender o verdadeiro significado do texto é necessário remontar ao original hebraico: *nishmat hayyîm*, locução que no Antigo Testamento aparece 26 vezes e, curiosamente, é aplicada somente a Deus e ao ser humano, nunca aos animais (*rûah*, o espírito, a alma, a respiração vital para a Bíblia está, essa sim, presente também nos animais). Esta específica categoria antropológica é explicada por um passo do livro bíblico dos Provérbios com ditado original muito barroco



e semita: a *nishmat hayyim* no ser humano é “uma lâmpada do Senhor, que ilumina a câmara escura do ventre” (20,27). Dissolvendo a metáfora podemos traduzir “é uma lâmpada do Senhor que penetra todo o amago do ser, investiga dentro, no íntimo”.

Como é fácil imaginar, mediante tal simbólica, chega-se a representar a capacidade do ser humano conhecer-se, ter uma consciência e até entrar no inconsciente, exatamente na “câmara escura do ventre”. Trata-se da representação da interioridade última profunda, aquela que a Bíblia em outros lugares descreve simbolicamente como “rins”. O que é que Deus inspira em nós? Uma qualidade que só ele tem e que nós partilhamos com ele e que podemos definir como “autoconsciência”, mas também “consciência ética”. Logo depois, de fato, sempre na mesma página bíblica, o ser humano é apresentado solitário sob a “árvore do conhecimento do bem e do mal”, uma árvore evidentemente metafórica, metafísica, ética, enquanto representação da moral.

Temos, assim, identificada a outra dimensão: o ser humano possui uma capacidade transcendente que o leva a estar unido “verticalmente” ao próprio Deus. É a capacidade de penetrar em si mesmo, de ter uma interioridade, uma intimidade, uma espiritualidade. A dupla representação ético-religiosa muito simplificada pela pessoa até agora descrita, isto é, a relação “horizontal” e a interioridade “vertical”, poderia ser delineada com uma imagem muito sugestiva do filósofo Ludwig Wittgenstein que, no prefácio ao *Tractatus logico-philosophicus*, ilustrava o fim do seu trabalho com um símbolo.

Ele afirmava que era sua intenção investigar os contornos de uma ilha, ou seja, o ser humano circunscrito e limitado. Mas o que tinha descoberto no final eram

as fronteiras do oceano. A parábola é clara: se se caminha sobre uma ilha e se olha apenas de uma parte, para a terra, consegue-se circunscreve-la, medi-la e defini-la. Mas se o olhar é mais vasto e completo e se dirige também à outra parte, se descobre que sobre aquela linha de confinamento batem também as ondas do oceano. Em resumo, como afirmam as religiões, na humanidade existe um entrelaçado entre a finitude limitada e algo de transcendente, seja como for que se queira definir. A educação deve saber valorizar ambos aspectos.

## OS OLHOS NOS OLHOS DO OUTRO

Um segundo percurso da nossa reflexão está ligado ainda à pessoa mas prossegue na linha “horizontal”, já evocada na etapa precedente do nosso discurso. Introduzimos, assim, uma outra categoria fundamental da nossa moral cristã, a da caridade, do amor fraterno que desabrocha da justiça. Neste âmbito tão vasto propomos apenas uma consideração de base. Como já se viu, a ser “imagem” de Deus não é só o macho mas o par humano, na sua capacidade de amar e de procriar como o Criador. Ora no cap. 2 do Gênesis a verdadeira hominização não se realiza apenas com a citada *nishmat hayyim* que revela a dimensão transcendente da pessoa, nem temos apenas com o *l’homo technicus* que “dá o nome aos animais”, ou seja, se dedica à ciência e ao trabalho.

O ser homem é verdadeiramente completo em si quando encontra – como diz a Bíblia – “uma auxiliar semelhante a ele”, em hebraico *kenegdô*, literalmente “que esteja defronte”, isto é, com seu semelhante, o próximo (2,18.20). O homem, portanto, tende para o alto, o infinito, o eterno, o divino segundo a

concepção religiosa e pode tender também para baixo, para os animais e a matéria. Mas torna-se verdadeiramente ele próprio apenas quando se encontra com “olhos nos olhos” do outro. Eis que entra em cena o tema do rosto. Quando encontra a mulher, isto é, o que lhe é semelhante, pode dizer: “esta, sim, é osso de meus ossos e carne de minha carne” (2,23), é a minha própria realidade.

Formulamos esta relação com um termo moderno cuja substância está na tradição judaico-cristã, ou seja, a “solidariedade”. O fato de sermos todos “humanos” é expresso na Bíblia com o vocábulo “Adão”, que em hebraico é *ha’adam* com o artigo (*ha-*) e significa simplesmente “o homem”. Por isso, existe em todos nós uma “adamicidade” comum. O tema da solidariedade é, então, estrutural à nossa realidade antropológica de base. A fé cristã assume tal realidade, que está também na base da filantropia laica, mas vai mais além. Com efeito, no Evangelho de João, na última tarde da sua vida terrena Jesus pronuncia uma frase estupenda: “ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos” (João 15,13).

E muito mais do que se declarava no livro bíblico do Levítico, que até Cristo tinha citado e colhido: “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (19,18). Nas palavras de Jesus acima citadas retoma-se aquela “adamicidade”, mas com uma tensão extrema que explica, por exemplo, a força do amor de uma mãe ou de um pai prontos a dar a própria vida para salvar o filho. Em tal caso, vai-se também contra a própria lei natural do amar-se a si próprios, do “egoísmo” mesmo legítimo, ensinado pelo livro do Levítico e pela ética de muitas culturas, vai-se além do medo e da simples solidariedade. Evitando longas análises, ainda que necessárias, ilustramos agora simbolicamente em chave religiosa as duas virtudes morais



interligadas entre elas, a justiça e o amor, que são a alma religiosa da solidariedade, e fazemo-lo com dois exemplos retirados de culturas espirituais diversas, mostrando assim quanto seja relevante a nível universal a dúplice experiência da justiça e da caridade.

O primeiro exemplo é um texto surpreendente sobre a justiça: “A terra – [é o tema do destino universal dos bens e, portanto, da justiça] – foi criada como um bem comum para todos, para os ricos e para os pobres. Porque, então, ó ricos, vos arrogais um direito exclusivo sobre o solo? Quando ajudas o pobre, tu, rico, não lhe dás o que é teu, mas entregas-lhe o que é dele. De fato, a propriedade comum que foi dada em uso a todos, só tu a usas. A terra é de todos, não só dos ricos, portanto quando ajudas o pobre tu restituis-lhe o devido, não dispensas um dom teu”. Verdadeiramente sugestiva esta declaração que remonta ao século IV e é formulada por Santo Ambrósio de Milão no seu escrito *De Nabuthe*.

Este forte sentido da justiça deveria ser um aviso e uma espinha que a fé propõe na formação e na educação e que depois insere no flanco da sociedade. É um empenho pela justiça que – como sugere Ambrósio – se concretiza no destino universal dos bens. Esse não exclui um sadio e justo conceito de propriedade privada que, porém, permanece apenas um meio – muitas vezes contingente e insuficiente – para atuar o princípio fundamental do universal dom dos bens à inteira humanidade por parte do Criador. Nesta linha, querendo recorrer ainda à Bíblia, é espontâneo ouvir a voz autorizada e severa dos Profetas (leia-se, por exemplo, o potente livro de Amós com suas pontuais e documentadas denúncias contra as injustiças do seu tempo).

O segundo testemunho que desejamos evocar diz respeito ao amor e, no espírito de um diálogo inter-religioso, o extraímos do mundo tibetano, mostrando assim que as culturas religiosas, ainda que diferentes, têm no fundo pontos de encontro e de contato. Trata-se de uma parábola onde se imagina uma pessoa que, caminhando no deserto, avista ao longe algo de confuso. Por isso começa a ter medo, dado que na solidão absoluta da estepe uma realidade obscura e misteriosa – talvez um animal, uma fera perigosa – não pode deixar de inquietar. Avançando, o viandante\* descobre que afinal não se trata de uma fera, mas de um homem. Mas o medo não passa, antes aumenta no pensamento que aquela pessoa possa ser um salteador. Contudo, vê-se obrigado a avançar até quando fica em presença do outro. Então o viandante levanta os olhos e, com surpresa, exclama: “é o meu irmão que não via há tantos anos!”.

O afastamento gera temores e obsessões; o ser humano deve aproximar-se do outro para vencer o medo por muito compreensível que seja. Recusar-se a conhecer o outro e a encontrá-lo equivale a renunciar àquele amor solidário que dissolve o terror e gera a verdadeira sociedade. Aqui floresce o amor que é o apelo mais alto do cristianismo para a edificação de uma comunidade e de uma *pólis* diferente. O texto temático mais luminoso pode ser, a este respeito, o célebre hino do amor-*agápe* que São Paulo apresenta no capítulo 13 da Primeira Carta aos Coríntios. Este empenho pela justiça e pelo amor deve ser programático na formação ética oferecida por uma universidade sobretudo católica.

---

\* Que ou o que viaja; viajante, viajero, peregrino; que ou o que caminha; caminhante, passante, transeunte.

## A PLANÍCIE DA VERDADE

Chegamos, assim ao terceiro e último tema da nossa proposta mínima para a educação profunda das pessoas. Entendemos apelar para a categoria “verdade”, fundamental num âmbito como é o da universidade. Se seguirmos o percurso cultural destes últimos séculos, de fato, podemos dizer que o conceito de verdade tornou-se cada vez mais permanente e subjetivo. Pense-se, por exemplo, na frase significativa e muitas vezes citada, retirada do *Leviathan* do filósofo inglês setecentista Hobbes: *Auctoritas, non veritas facit legem*. Em última análise, é este o princípio do contratualismo, segundo o qual a autoridade, seja civil seja religiosa, pode decidir a norma e, portanto, indiretamente a verdade, com base nas conveniências da sociedade e nas vantagens do poder, segundo as circunstâncias contingentes.

Tal concepção fluida da verdade foi já adquirida na cultura contemporânea. Basta pensar na antropologia cultural. De fato, o filósofo francês Michel Foucault, estudando as diversas culturas e as suas variáveis comportamentais, convidava vivamente a acentuar esta dimensão subjetiva e mutável da verdade, semelhante a uma medusa variável, que muda continuamente de aspecto conforme os contextos e as circunstâncias. Este subjetivismo é substancialmente o que Bento XVI chamou “relativismo”, e é curioso notar como a pensadora americana, Sandra Harding, revertendo uma célebre frase do Evangelho de João (8,32: “A verdade vos libertará”), afirmava, ao contrário, num ensaio que “a verdade não vos libertará”. Esta, realmente, é concebida como uma capa de chumbo opressiva, como uma pré-compreensão, como uma esterilização do dinamismo e da incandescência do pensamento humano.

Todas as religiões, e em particular o cristianismo, têm uma concepção transcendente da verdade: a verdade precede-nos e supera-nos; tem o primado de

iluminação, não de domínio. Ainda que Theodor Adorno a tivesse aplicado sobretudo à felicidade, é sugestiva uma expressão sua, retirada dos *Minima moralia*. O filósofo alemão, falando da verdade e comparando-a à felicidade, declara: “A verdade não se possui, mas está-se nela”, isto é estamos imersos nela. Robert Musil, no seu famoso romance *O homem sem qualidade*, faz dizer ao protagonista uma frase interessante: “A verdade não é como uma pedra preciosa que se pode meter no bolso, mas é como um mar no qual se mergulha”.

Trata-se, fundamentalmente, da clássica concepção platônica expressa no *Fedro* mediante a imagem da “planície da verdade”: o carro da alma corre sobre esta planície preexistente e externa para a conhecer e a conquistar. Exatamente por isto, na *Apologia de Sócrates*, o mesmo filósofo afirmava: “Uma vida sem procura não merece ser vivida”. É este o itinerário a cumprir no horizonte “dado” e, portanto, transcendente da verdade. Deste ponto de vista, as religiões são nítidas: a verdade tem um primado que nos supera, a verdade é transcendente e tarefa do ser humano é ser peregrino no interior do absoluto da verdade. Por isto nelas se considera divina a verdade: não por acaso o cristianismo aplica a Cristo a identificação com a verdade por excelência (João 14,6: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida”).

## O SETENÁRIO DE GANDHI

A nossa simples e essencial reflexão sobre a educação teve constantemente no centro a pessoa humana na sua dignidade, na sua liberdade e autonomia, mas também nas suas relações com o exterior, e, portanto, com a transcendência e com o próximo. Ter presente as várias dimensões da criatura humana no âmbito da vida

social, religiosa e política é muitas vezes difícil e a história hospeda uma constante comprovação das crises e das lacerações.

Contudo, a necessidade, de unir “simbolicamente” (*syn-bállein*) estas diferenças, é indiscutível se se quer edificar uma comunidade autêntica, não quebrada “diabolicamente” (*dià-bállein*) em fragmentos fundamentalisticamente opostos um ao outro. É isto que delineamos sinteticamente, em conclusão, recorrendo a um outro testemunho de índole ético-religiosa extraída mais uma vez de uma cultura diversa da nossa ocidental. Referimo-nos a um setenário proposto por Gandhi que define de modo brilhante esta “simbolicidade” de valores necessária para impedir a destruição da pessoa humana e da convivência social.

“O homem destrói-se com a política sem princípios; o homem destrói-se com a riqueza sem fadiga e sem cansaço; o homem destrói-se com a inteligência sem a sabedoria; o homem destrói-se com os negócios sem a moral; o homem destrói-se com a ciência sem humanidade; o homem destrói-se com a religião sem a fé [como o fundamentalismo ensina]; o homem destrói-se com um amor sem o sacrifício e a doação de si”.

